



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 897, DE 2023

(Do Sr. Coronel Meira)

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para incluir a hipótese de autorização para prestação de serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros aos motoristas que possuem habilitação na Categoria A.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-271/2023.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. CORONEL MEIRA)

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para incluir a hipótese de autorização para prestação de serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros aos motoristas que possuem habilitação na Categoria A.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, com a finalidade de incluir a hipótese de autorização para prestação de serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros aos motoristas que possuem habilitação na Categoria A.

Art. 2º O artigo 11-B da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11-B.

I - possuir Carteira Nacional de Habilitação nas categorias A, B ou superior que contenha a informação de que exerce atividade remunerada;”





JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição objetiva a alterar o inciso I do artigo 11-B da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para incluir os motoristas habilitados na Categoria A na hipótese de autorização para prestação de serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros.

Nos termos do artigo 11-A da lei supracitada, compete exclusivamente aos Municípios e ao Distrito Federal a regulamentação e a fiscalização do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros. Por isso, a inclusão da Categoria A vai permitir que os municípios possam regulamentar a prestação de serviço de mototáxi por aplicativo, que já é uma realidade no Brasil, a fim de acabar com as informalidades e os transportes clandestinos.

Por tratar-se de medida que objetiva a segurança para o motociclista e o usuário dos referidos serviços de transporte, por meio da sua regulamentação, pedimos apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente proposta.

Sala de Sessões, em 06 de março de 2023.

CORONEL MEIRA
Deputado Federal (PL/PE)



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEGISLAÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012 Art. 11	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012-01-03;12587

FIM DO DOCUMENTO